

DA AMAZÔNIA LEGAL AO TERRITÓRIO CENTRO NORTE: O *CONTINUUM*

Thiago José Arruda de Oliveira

UNIOESTE/Toledo

mestradodra@hotmail.com

1. Introdução

O governo federal criou o termo “Amazônia Legal” com o propósito de intervir diretamente nos Estados onde a floresta amazônica¹ está presente. Assim, elaboraram-se planos de ocupação, comandados por instituições como a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e a SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. Com grandes somas de investimentos, ações públicas foram executadas ao longo dos anos 1960 e 1970.

Todavia, antes da intervenção dos militares, os governantes tentaram ocupar a Amazônia. Destacam-se as iniciativas do Marquês de Pombal no século XVIII e as políticas em defesa da borracha no final de 1800 e começo de 1900. São tentativas de apropriação do espaço cujas condições climáticas são adversas, contudo, de grande valor econômico. Apenas em meados do século XX iniciam-se, por parte do Estado, ações mais viáveis por meio da construção de estradas.

Com a infraestrutura rodoviária, os militares tinham condições de incentivar a ocupação e a produção no norte do país. A intensa exploração do solo amazônico provocou a mudança da estrutura econômica da região. Atualmente, Becker (2005) classifica a Amazônia como uma floresta urbanizada constituída de forte bio-sociodiversidade. Brasil (2008) compreende esta situação e propõe o fortalecimento das redes urbanas no interior do país através de recortes territoriais. Dentre estes se têm o Território Estratégico do Centro Norte, área de transição entre a Amazônia e o Cerrado.

O principal objetivo deste artigo é analisar o processo de transformação do Centro Norte, antes uma terra inóspita, em área urbanizada. Utiliza-se o Quociente Locacional – QL para observar o deslocamento das atividades urbanas e rurais no território, além de

¹ Em meados do século XX a região amazônica possuía baixa densidade demográfica, pouca atividade econômica e sua população concentrava-se em dois núcleos urbanos: Belém e Manaus. Por questões geopolíticas, os militares incentivaram a sua ocupação e produção nesta delimitação geográfica.

empregar o conceito de *continuum*. Justifica-se a elaboração deste artigo por propor uma abordagem histórica e regional em um território com poucos estudos relacionados.

2. O *Continuum*

A economia regional analisa as mudanças estruturais em uma dada delimitação geográfica com o objetivo de identificar quais os fatores modificam-na. A afirmação baseia-se em evidências empíricas que mostram o deslocamento da produção ao longo do tempo de forma ininterrupta e contínua. Os responsáveis por tais transformações são as variáveis espaço e tempo (ALVES et al, 2007; FERRERA LIMA, 2004).

Tendo como sustentação a teoria da base econômica de Douglas North, Piffer (2013) observou quais alterações ocorrem quando a produção primária é estimulada. O uso intensivo de máquinas e equipamentos expulsa o trabalhador rural para as cidades, fortalecendo a urbanização. Absorvendo a população do campo, a economia urbana torna-se mais importante em termos de ocupação da mão-de-obra. Neste momento, as regiões transitam do *continuum* urbano-rural para o urbano-industrial.

Entretanto, as transformações não ocorrem em todos os lugares e ao mesmo tempo. Registram-se casos de economias regionais que desenvolveram o setor primário, porém não se deslocaram para o *continuum* urbano-industrial. Em contrapartida, outros lugares conseguem atingir o desenvolvimento, por isso existem diferenças nos indicadores econômicos e sociais entre as regiões.

Em outra situação, a expansão das atividades urbano-industriais é o resultado do esgotamento da fronteira agrícola. No Paraná, a difusão da indústria tradicional cresceu significativamente em detrimento à indisponibilidade de terras agriculturáveis. Como resultado, a base econômica paranaense dinamizou-se por meio da diversificação produtiva. Porém, nem todas as regiões conseguiram se inserir neste movimento. As mesorregiões Sudeste e Centro Sul permaneceram no *continuum* urbano-rural (PIFFER, 2013).

Sob tais considerações, o *continuum* é um processo espacialmente desigual, podendo aumentar a assimetria estrutural das regiões ao longo do tempo. A tendência é que alguns lugares – cidades, regiões ou território, concentrem a maior parte da produção urbana, atraindo cada vez mais fatores de produção. Ou seja, existe a relação direta entre o urbano e a produção. Assim, a atração que determinados pontos exercem sobre os demais, depende do grau de concentração produtiva existente dentro dos seus limites geográficos (LIMA, 2012).

Para que um lugar diversifique a produção é necessário analisar os fluxos inter-regionais de produtos e serviços, a disponibilidade de capital, a mão-de-obra e as pessoas. Além disso, detecta-se qual produto destina-se ao mercado externo, pois os ganhos gerados com a exportação induzem o crescimento de atividades internas - consumo doméstico. Assim, a dinâmica econômica é compreendida através dos fatores que possibilitam o crescimento das atividades urbanas (PIFFER, 2013).

Em vista disso, nota-se que o crescimento econômico é um processo que se inicia pela exploração dos recursos naturais. A capacidade de tais atividades em gerar rendimentos e, estas direcionarem os investimentos em outras atividades, é o começo do *continuum* urbano-industrial. O próximo quadro sintetiza este processo:

Quadro 1. Síntese do processo de crescimento econômico através do tempo e espaço – *Continuum*.

| Tempo | Inicial | Urbano-rural | | Urbano-industrial | |
|--------|---|---|--|--|--|
| Espaço | Baixa ocupação e atividades de subsistência | Exploração dos recursos naturais e novas práticas agrícolas | Escassez de emprego (de quê?) no campo e crescimento das cidades | Surgimento das indústrias e expansão do comércio e serviço | Concentração produtiva nas cidades - aglomeração |

Elaboração própria.

A mudança da estrutura urbano-rural para o urbano-industrial acontece por etapas. North (1977) discorre sobre este processo frisando que não é padronizado, pois alguns lugares logo se tornam urbano-industriais. Cita como exemplo o Pacífico Noroeste dos Estados Unidos, que conseguiu diversificar a produção em um curto período de tempo. Neste sentido, é importante analisar a população residente, o crescimento das primeiras atividades, a atuação do Estado, os migrantes, ou seja, a origem do território para a formação do seu espaço econômico.

3.Referencial: a Amazônia Legal

3.1 Antecedentes

O termo “Amazônia Legal” é um recorte geográfico elaborado pelos militares na década de 1960 como parte de uma política direcionada para ocupar e explorar os recursos da floresta amazônica. Compreende os sete Estados da região Norte – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, um do Centro Oeste – Mato Grosso, e um do Nordeste – Maranhão. O governo federal buscava integrar este espaço com os centros dinâmicos do país, garantir a segurança das fronteiras, adensar pessoas e reduzir tensões internas (MELLO, 2006).

Nem sempre os governantes preocupavam com a parte norte do Brasil. A ocupação foi lenta e árdua. O clima equatorial exigia recursos que a Coroa não estava disposta a investir no momento. Nas primeiras décadas após o descobrimento, Portugal priorizou o litoral brasileiro.

No século XVII, o espaço amazônico continuou sendo uma terra de aventureiros, ou de pequenos comerciantes que negociavam produtos típicos da região, como as drogas do sertão. Apenas na centúria seguinte, os portugueses interessaram-se pelo interior da floresta, protegendo-a de invasores estrangeiros. Foram construídas fortificações que posteriormente originaram cidades, destacando Belém e Manaus². Porém, nenhuma base produtiva foi desenvolvida, a ocupação baseava-se na excursão dentro da mata e os conhecimentos técnicos sobre o solo eram vagos. Como resultado, a Amazônia distanciava-se do restante, inexistindo uma sociedade estável e organizada (PRADO JR, 1956; OLIVEIRA, 1983).

Em meados do século XVIII cresce a procura pelo látex, matéria-prima da borracha. A região não estava preparada para atender esta demanda. A escassez da mão-de-obra foi solucionada deslocando os moradores do Nordeste para os seringais. No final da década de 1890, a atividade gumífera e a exportação de café tornam-se a base econômica do Brasil. Esta grande fase produtiva na Amazônia é conhecida como ciclo da borracha (OLIVEIRA, 1983).

Apesar da euforia produtiva, a extração do látex continuava com a mesma técnica de séculos atrás. Os trabalhadores recrutados tinham pouca qualificação profissional e sofrível conduta social. A longa distância das zonas produtivas e as cidades, dificultada pela escassez de estradas e meios de transporte e a ineficiência administrativa, eram mais problemas que apareciam nos Estados amazônicos. Agrava-se a situação quando os países asiáticos plantavam seringueiras em larga escala, cuja densidade de árvore por hectare é de

² Tais intervenções fazem parte da política de Marquês de Pombal. A Coroa procurava povoar a Amazônia incentivando o casamento entre soldados e índias, e explorá-la economicamente criando a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (OLIVEIRA, 1983).

200 pés. A Amazônia contava em média com 1,5 pés/hectare. A grande quantidade de borracha despencou o preço nos anos 1910, decretando a falência econômica de Manaus e Belém (SANTOS, 1980).

O Estado buscou estancar a crise criando o Plano de Defesa da Borracha com o propósito de retornar a produção gumífera e intervir em todos os setores da economia. A Superintendência da Borracha torna-se responsável pela condução dos projetos. Porém, com o reduzido quadro técnico e financeiro, a ação tem pouca eficiência. O desinteresse federal pela região perdurou até a década de 1940³.

Os seringueiros, sem opção de trabalho, migravam para as maiores cidades da Amazônia – Manaus e Belém⁴. A concentração populacional na imensidão amazônica preocupou o então presidente Getúlio Vargas. Para retornar a exploração da floresta, criou o Banco de Crédito da Borracha – atual Banco da Amazônia S.A., e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. Novamente, o restrito orçamento e o choque de interesses com a elite local tornaram as ações ineficientes (OLIVEIRA, 1983).

Entretanto, a SPVEA realizou importantes obras, como a rodovia Belém-Brasília, comunicando a Amazônia com o Centro Sul do país. Houve o deslocamento da população dos rios para as estradas. Além disso, terras isoladas tornaram-se acessíveis e atraentes para os agricultores das outras regiões do país. Aos poucos, a região amazônica mudava as suas características.

3.2 As frentes agrícolas

No começo do século XVII a Coroa introduziu a cana-de-açúcar na Amazônia, porém não prosperou igual no Nordeste. Posteriormente, na década de 1720, aportam em Belém os grãos de café provenientes da Guiana Francesa. Difunde-se o cultivo para o restante do bioma, contudo, em pequena escala (PRADO JR, 1956; CUNHA, 2007).

A exploração agrícola é dificultada pela baixa fertilidade do solo. A floresta é sustentada por uma espessa camada de matéria orgânica. Anualmente, caem das árvores cerca de oito toneladas/hectare de peso seco, folhas mortas, galhos e frutos. Portanto, a Amazônia

³ Apesar desta derrocada, existiam produções locais. A extração da castanha-do-Pará, a pecuária e o garimpo ganham destaque, apesar de estarem bem longe dos ganhos que os seringais proporcionavam no começo do século XX. Houve algumas intervenções governamentais esparsas, como a implementação do sistema de telegrafia na Amazônia comandada por Cândido Rondon e os estudos na área de saúde da comissão Oswaldo Cruz (SANTOS, 1983).

⁴ Entre 1900 e 1950 a população de Manaus cresceu 10,75% e de Belém a 10,20%. Juntas detinham quase trezentos mil habitantes (OLIVEIRA & ARAÚJO, 2013).

sobrevive reciclando-se, sendo que qualquer perturbação neste processo representa um perigo para a manutenção do bioma (SHUBART, 1983).

Entretanto, em nome da segurança nacional, necessitava-se ocupar e produzir algo na região. A construção de Brasília, no final da década de 1950, foi um importante marco para viabilizar este processo. Grandes estradas foram construídas para interligar a nova capital com o interior, tal como a Belém-Brasília – BR 153, Brasília-Cuiabá – BR 070 e Brasília-Barreiras – BR 020. Ao longo das rodovias, terras antes inacessíveis tornaram-se alvo dos agricultores, principalmente no Centro Oeste, cerrado nordestino e divisa de biomas (cerrado-amazônico) no Norte (DINIZ, 2001).

No primeiro momento a ocupação era espontânea. A situação altera-se com os militares no poder na metade da década de 1960. A partir deste instante, o Estado acelera a exploração, incentivando a vinda de empresas (principalmente na Zona Franca de Manaus) e das grandes propriedades agropecuárias. A infraestrutura energética e de comunicação somam-se às linhas de financiamento, criando condições favoráveis para os projetos agrícolas e madeireiros (MELLO, 2006).

Nos anos 1970, a ditadura prosseguiu com as intervenções, elaborando o PIN – Programa de Integração Nacional. Novas estradas como a Transamazônica – BR 230, Cuiabá-Santarém – BR 163 e Perimetral Norte – BR 210 foram construídas. As famílias assentaram ao longo das estradas e teriam o suporte técnico das agrovilas, agropolos e rurópolis. Todavia, os colonos encontravam dificuldades no manejo do solo. Em três anos a terra encontrava-se deteriorada. Problemas de armazenagem, fraude na obtenção dos títulos de posse e a fraca disponibilidade de mão-de-obra especializada agravaram a situação do produtor rural na Amazônia Legal (MAHAR, 1978).

Outro problema é a diferença na origem e na organização espacial das colônias agrícolas. A estrutura cooperativista era usual no norte de Mato Grosso, Rondônia e Transamazônica⁵, geralmente liderada por agricultores sulistas. Em outras partes da Amazônia Legal – sudeste do Pará, Tocantins e sul do Maranhão, políticos e grandes empresários conseguiam títulos de propriedade por meio do suborno. Os conflitos com os posseiros eram inevitáveis, principalmente na região do Bico do Papagaio⁶ (MELLO, 2006).

No ano de 1973 o governo desistia do modelo agrícola baseado em assentamentos rurais. Tanto que durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975/1978, a

⁵ O oeste baiano também experimentou este processo de colonização.

⁶ Compreende os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Atualmente registram-se violentos conflitos pela posse da terra nesta região.

colonização planejada diminuiu drasticamente. O Cerrado recebeu a maior parte dos projetos agrícolas, e a floresta amazônica concentrava as atividades de processamento da matéria-prima. Os resultados do projeto Radam-Brasil⁷ identificaram áreas com bauxita, ferro, cassiterita, manganês, cobre e níquel. Iniciou-se o processo de exploração das jazidas na Serra do Navio, Carajás, Trombetas, Jari e outros. A crescente conscientização ambiental no início dos anos 1980 questionava estas iniciativas, exercendo forte pressão no governo brasileiro (MAHAR, 1978; MELLO, 2006).

O fator ambiental entra na pauta de discussão tanto no âmbito nacional como internacional. Cedendo às pressões, entre 1989 e 1990, período bastante curto, o Estado criou vinte e nove áreas de conservação ou terras indígenas. Entretanto, os grandes projetos na Amazônia continuam em execução, como a hidroelétrica de Belo Monte, no rio Xingu.

Atualmente o governo federal tenta diminuir o nível de desmatamento na floresta amazônica. Neste contexto, o Cerrado ganha importância agrícola principalmente nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins – MAPITO. A baixa densidade demográfica, a ausência de pressão ambiental e os cultivares adaptados ao solo ácido impulsionaram o plantio de grãos nos anos 1980 e 1990.

A agricultura brasileira tem uma nova área de expansão e, com isso, alguns municípios começam a se destacar no cenário nacional como Balsas – Maranhão, Campos Lindos – Tocantins. Além desses, São Desiderio – BA e Uruçuí – PI, vizinhos dos Estados da Amazônia Legal, também se inserem neste processo.

3.3 O crescimento urbano

A expansão de centros urbanos é recente, tendo como início a construção da rodovia BR 153. O ramal intensificou os fluxos de mercadorias, pessoas, dinheiro e informação. A população rural, expulsa do campo, insere-se no contexto urbano, distribuindo-se nas cidades pequenas e médias ao longo dos trechos viários. Até 1991, o crescimento populacional estava atrelado às políticas de colonização, ao garimpo e aos grandes projetos minerais e agropecuários (BECKER, 2005).

Interessante exemplo do crescimento urbano é constatado em Balsas, no sul do Maranhão, localizado na beira da BR 230. Neste lugar, na década de 1980, foi desenvolvido pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, sementes de soja

⁷ Projeto Radar da Amazônia executado no começo dos anos 70 visando detectar os recursos naturais da região amazônica.

adaptadas ao clima mais quente e úmido. À medida que a sojicultura adentrava na região, novas atividades comerciais e financeiras eram instaladas, servindo de suporte para a agricultura. Houve uma reconfiguração espacial neste município, transformando e expandindo a zona urbana (FERREIRA, 2011).

O cultivo de grãos expandiu rapidamente na década de 1990 em áreas com baixa população urbana. No sul do Piauí, apesar de não ser uma região da Amazônia Legal, experimentou-se o processo de urbanização similar dos Estados amazônicos. Neste contexto destaca-se Uruçuí, sede de empresas agrícolas que processam a soja, impactando no crescimento do núcleo urbano (AGUIAR & MONTEIRO, 2005).

Outro caso de expansão urbana envolve a atividade mineradora no sudeste paraense. O projeto Grande Carajás, comandado pela estatal CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, isolou a área das jazidas e, dentro desta limitação, construiu a Vila de Carajás para os seus funcionários, com rígido controle interno. Fora desta demarcação, regularizou as terras indígenas da tribo Caetés e dos agricultores familiares próximos as minas. Perto de Carajás, o garimpo de ouro na Serra Pelada era controlado pelos grandes proprietários de lavras e máquinas. Diante de tal contraste, cidades da região como Parauapebas cresciam em meio ao controle do Estado e de certos personagens⁸ (MELLO, 2006).

O crescimento das cidades contribuiu para diminuir a polarização de Manaus e Belém. Apesar de continuarem sendo os principais centros da região Norte, atualmente crescem a taxas menores comparando com as demais capitais estaduais e algumas cidades do interior do Pará – Santarém e Parauapebas, por exemplo (OLIVEIRA & ARAÚJO, 2012).

Entretanto, a dispersão da população urbana não significa necessariamente maior dinamismo econômico. As cidades amazônicas têm elevado grau de dependência dos recursos externos, principalmente os que provêm da União. A fraca base econômica reduz a centralidade dos comandos urbanos, inserindo-se em subsistemas localizados em outras regiões do país. São núcleos sustentados pelo Estado por meio do funcionalismo público e das Forças Armadas. Intimamente relacionados a esta atividade, o comércio informal e os serviços são elementos fundamentais para a sustentabilidade da rede urbana regional (BECKER, 2005).

Assim como na década de 1970, a região amazônica continua subordinada ao governo federal. As capitais estaduais, por meio da administração pública, centralizam e

⁸ O major Curió instala-se no sudeste do Pará na década de 1970 para combater os guerrilheiros do Araguaia. Após o término da missão, continua morando e exercendo poder, tornando-se um dos maiores personagens da região. O município de Curionópolis, onde localiza Serra Pelada, tem este nome em sua homenagem.

distribuem os serviços para o interior e, ao mesmo tempo, posicionam-se em nível abaixo das maiores regiões metropolitanas do Brasil – São Paulo e Rio de Janeiro, do ponto de vista econômico, e Brasília na instância do Estado (IPEA, 2002).

Diante a expansão urbana, Becker (2005) afirma que atualmente a Amazônia Legal é uma “floresta urbanizada” ao invés de outrora área vazia e despovoada. Apesar do fraco comando urbano, o crescimento das cidades continua em evidência e com características distintas. Têm-se a urbanização espontânea, identificado pela importância dos povoados – residência de mão-de-obra, dominado por centros sub-regionais. A dirigida, resultado do processo de colonização planejada e executada direta ou indiretamente pelo Estado. Os de grandes projetos, relacionado aos enclaves minerais e madeireiros, originando as favelas. Por fim, a urbanização em áreas tradicionais, que não alteraram a hierarquia regional.

4. A formação do Centro Norte

O mosaico urbano na Amazônia Legal mostra que os adensamentos populacionais possuem formações próprias que necessitam de profundas análises. Em vista disso, Brasil (2008) propõe uma nova hierarquização espacial baseado em Lemos et al. (2003), criando territórios estratégicos com o intuito de reter capital e gerar divisas, ou seja, fortalecer a rede urbana no país. Entre estes se tem o Centro Norte, que engloba as microrregiões de seis Estados – Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, e todo o Tocantins. O comando central é exercido pela capital tocaninense – Palmas, cujo objetivo é trazer melhorias sociais e expandir a economia regional.

Trata-se de uma vasta delimitação geográfica ocupada de forma intensiva a partir dos anos 1960. Antes deste período, o espaço despertava pouco interesse dos governantes e da população. Exceto durante o ciclo do ouro, quando aventureiros utilizavam o rio Araguaia e Tocantins como via de deslocamento⁹, inexistindo qualquer outra atividade que pudesse atrair imigrantes. No ciclo da borracha este cenário permanece inalterado, pois a distância até os portos amazônicos – Belém e Manaus e a fraca presença de seringais inviabilizavam a produção gumífera no Centro Norte (OLIVEIRA & ARAÚJO, 2013).

O manejo do gado era uma das poucas produções existentes, porém de fraca expressão. A importância da pecuária deve-se ao desbravamento das terras localizadas no rio

⁹ Acredita-se que na década de 1720 os bandeirantes paulistas exploravam a bacia do Araguaia/Tocantins e logo descobriram as jazidas de ouro. Contudo, a atividade durou pouco tempo. Na metade do século XVIII começa o declínio constante e irreversível da produção aurífera (NOYA PINTO, 1979).

Tocantins e Parnaíba. Os criadores de gado oriundos da Bahia e do Pernambuco penetravam nas veredas em busca de pastagem natural. À medida que as fazendas eram instaladas, esta atividade expandia para novas áreas. A exploração foi tão intensa que no século XIX os pecuaristas nordestinos alcançam os sertões do norte goiano, atual Estado do Tocantins. Além desta produção, a extração de castanha tinha grande importância regional, principalmente na região de Marabá, no Estado do Pará (SANTOS, 1980; CABRAL, 2008).

A estrutura econômica altera-se na década de 1960 e 1970 com as frentes pioneiras. A maior parte do processo foi espontâneo, marcado pela ação indireta do Estado e o favorecimento de grupos econômicos ou fazendeiros para aquisição das novas terras. A colonização dirigida, executada no norte de Mato Grosso e Rondônia, era rara no Centro Norte¹⁰.

O sudeste paraense destaca-se pelo processo de ocupação segregadora. Além da apropriação privada de terras, executa-se nesta região o modelo de exploração baseado nos grandes projetos minerais. Surgiram as *companytown*¹¹ que são áreas demarcadas que têm maior contato com o exterior e, conseqüentemente, marginaliza a mão-de-obra local, de baixa qualificação. Neste contexto sobressai Parauapebas, na Serra dos Carajás, um dos maiores produtores de minério de ferro do mundo.

As diferentes formas de apropriação do solo resultaram em uma expansão urbana peculiar. Imperatriz – MA e Marabá – PA, mesmo com as frentes agrícolas, permanecem como centros regionais, recebendo e distribuindo a população migrante. Outros centros floresceram por causa da localização. Entre estes destaca Barreiras – BA, situado entre a BR 020, BR 135 e BR 242, e Araguaína – TO, estabelecida na BR 153. Ambos servem de base para a exploração agropecuária em suas regiões.

Porto Nacional – TO era o principal ponto de apoio do norte goiano até a construção da BR 153. O fluxo de pessoas e mercadorias deslocaram para o ramal viário, diminuindo a entrada de recursos no município. Com o surgimento de Palmas, no começo dos anos 1990, a capital torna a grande referência no Tocantins (AQUINO, 2002).

Em relação à Parauapebas – PA, cresceu atrelada ao corporativismo implementado dentro de seus limites municipais. A tendência é que este modelo colabore para a expansão urbana, particularmente em áreas de grande produção de grãos. A construção de ferrovias e hidrovias servirá de suporte para o avanço desta atividade, e as cidades inserem-se

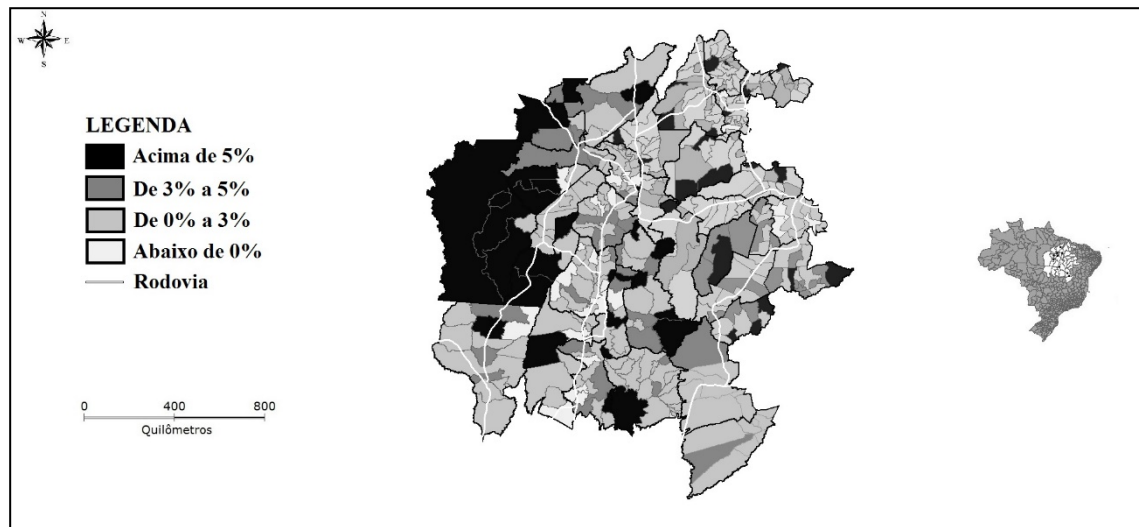
¹⁰ Exemplo de exceção é o projeto Rio Formoso no atual sudoeste tocantinense. O empreendimento agrícola incentivou a vinda de agricultores da região Sul e consistia em utilizar a bacia deste rio para o plantio irrigado de arroz, milho e soja (WAKIM, 2010).

¹¹ Becker (2005).

nesta dinâmica ofertando serviços relacionados à logística e armazenagem de *commodities* (BECKER, 2005; MELLO, 2006).

Em período recente nota-se que as maiores taxas de crescimento urbano encontram-se no sudeste paraense, área das grandes mineradoras. Observe:

Ilustração 1. Taxa de crescimento da população urbana no Centro Norte – 2000/2010.



Fonte: IBGE (2014). Elaboração própria.

Além da VALE S.A, atuam no sul do Pará a Mineração Onça Puma – Ourilândia do Norte, Nork Hydro ASA – Paragominas e outras do ramo. Com a alta no preço dos minérios, alavancam-se os investimentos na região, podendo impactar na expansão das cidades. Fora da área de mineração, notam-se poucos municípios com taxa de crescimento acima de cinco por cento. Na divisa entre o Tocantins, Maranhão e Piauí observa-se a alta taxa de expansão populacional, porém são cidades com menos de dez mil habitantes, pouco contribuindo para o fortalecimento da rede urbana territorial.

O mapa demonstra que o crescimento urbano pode estar vinculado à produção primária. Ou seja, o *continuum* rural-urbano é presente, contudo, existe a possibilidade de que algumas áreas, como o sudeste paraense, estejam no urbano-industrial. As próximas análises esclarecerão este fenômeno.

5. Metodologia

Para identificar a localização das atividades econômicas, Alves (2012) recomenda a utilização do Quociente Locacional - QL. Este indicador é empregado para comparar a participação percentual da mesma região no total de emprego na economia regional ou nacional. Segue a fórmula:

$$QL_{ij} = \frac{\frac{E_{ij}}{E_{it}}}{\frac{E_{tj}}{E_{tt}}} \quad (1)$$

Em que:

E_{ij} = emprego no setor (ou subsetor) i do município j;

E_{it} = emprego total do município;

E_{tj} = emprego total do setor (ou subsetor) i no Centro Norte;

E_{tt} = emprego total no Centro Norte.

Para tanto, se o valor do QL for superior à unidade ($QL > 1$), revela que esta região possui o setor analisado como destaque. Valores inferiores a um ($QL < 1$) indicam o oposto. A sua interpretação depende da base teórica utilizada pelo pesquisador. No caso, esta pesquisa analisa as mudanças produtivas no Centro Norte entre 1993 e 2013, vinte anos de diferença. A opção por este período deve-se à criação de muitos municípios neste território a partir do começo dos anos 1990.

Os dados sobre a quantidade de postos de trabalhos são fornecidos pela RAIS – Relação Anual de Informações Sociais desagregado por município. Os ramos de atividades baseiam-se na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Observe:

- Primário: agropecuária, extração vegetal, caça e pesca;
- Secundário: indústria de transformação, construção civil e extrativa mineral¹²;
- Terciário: comércio e serviço.

Após a coleta dos dados e o cálculo do QL, utiliza-se o programa *Terraview* para a elaboração de mapas coropléticos. Assim, facilita-se a observação das transformações

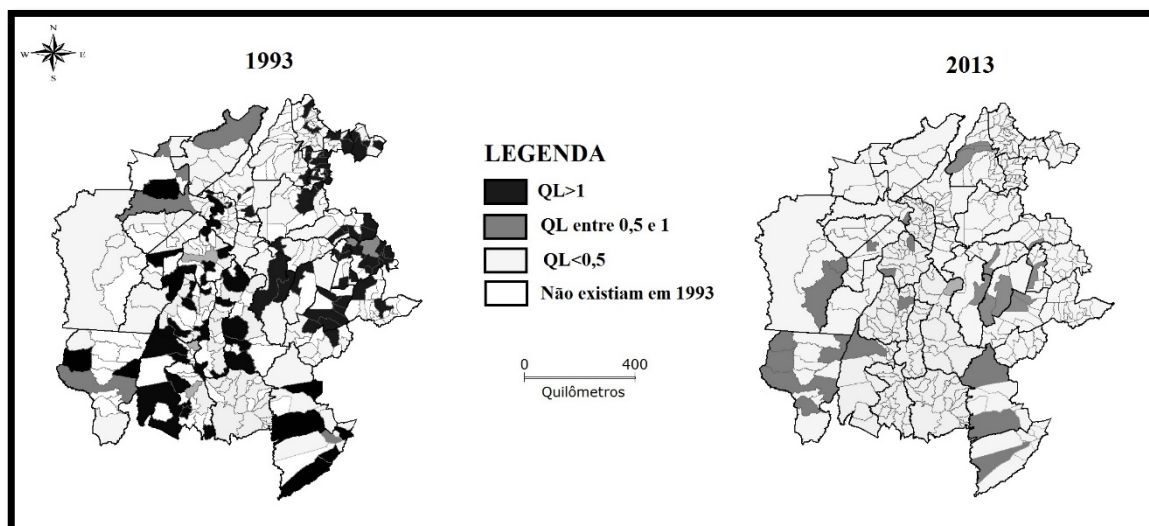
¹² O SIUP – Serviços industriais de Utilidade Pública foi excluído por estar atrelado à Administração Pública.

espaciais ao longo do tempo, ou seja, se ocorreu a alteração do *continuum* rural-urbano para urbano-industrial.

6. Resultados e discussões

No ano de 1993, a agropecuária, a caça e a pesca eram atividades importantes para a população do Centro Norte. A Ilustração 2 demonstra que a produção do campo era representativa (tratando de mercado de trabalho) em todos os Estados. Porém, após vinte anos, altera-se a sua presença no território, alocando menos trabalhadores. Observe:

Ilustração 2. Padrão de localização do setor primário: agricultura, pecuária, caça e pesca no Território Centro Norte – 1993 e 2013.



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

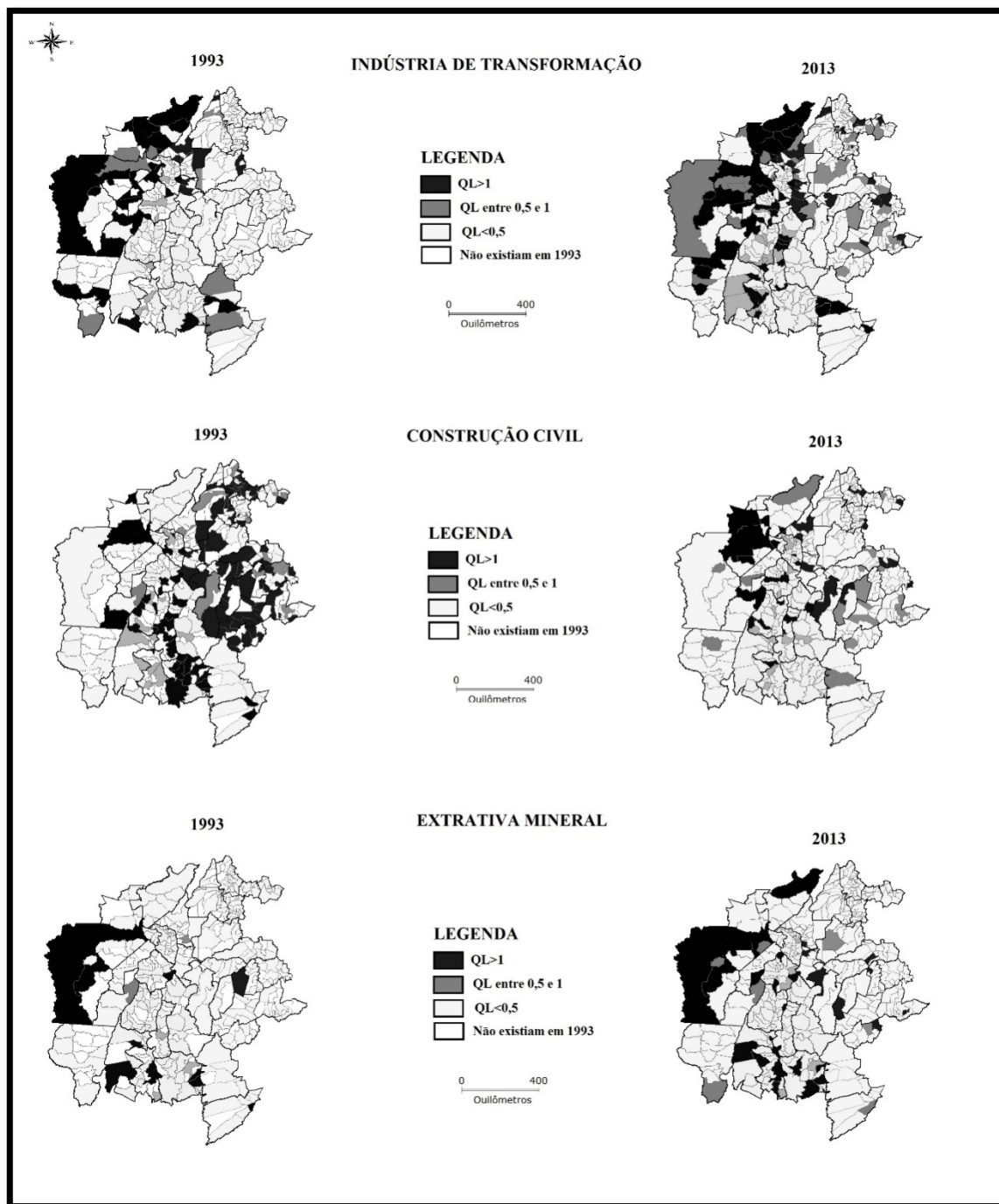
A intensa mecanização do campo deslocou os moradores da zona rural para os centros urbanos. Atualmente, são poucos os municípios que continuam nesta estrutura. Dentre estes se destaca São Desidério, no oeste baiano, o maior Valor Bruto da Produção - VBP da agropecuária no Brasil em 2013.

A diminuição de trabalhadores no campo pressupõe que os demais setores aumentam a participação no Centro Norte. A Ilustração 3 expõe a localização das atividades industriais, e nota-se que no ano de 1993 a construção civil era a mais dispersa no território, principalmente no Piauí, Maranhão e Tocantins. Com a emancipação, no ano de 1989, o norte de Goiás precisava construir todo o aparato público. Inicia-se o período de criação da capital dos tocaninenses – Palmas, e asfaltamento de estradas estaduais. Portanto, esta era uma das principais atividades da mais nova Unidade da Federação.

Em relação aos demais, percebe-se que em 1993 a indústria de transformação e extrativa mineral localiza-se em áreas onde a construção civil está pouco presente – Pará, Mato Grosso e Bahia. O sudeste paraense apresenta a maior concentração de mão-de-obra nestas duas atividades, principalmente relacionada à mineração, produção iniciada na década anterior.

A localização industrial modifica-se no ano de 2013. A construção civil perde importância em detrimento ao crescimento das indústrias de transformação, principalmente no oeste do Tocantins e partes do Maranhão e Piauí. Atenta-se à divisa entre o TO e MA, onde os municípios maranhenses incorporam esta atividade, devido à aproximação com a ferrovia Norte-Sul, além da grande produção de grãos na região. Por sua vez, a extrativa mineral não sofreu mudanças locais. Observe:

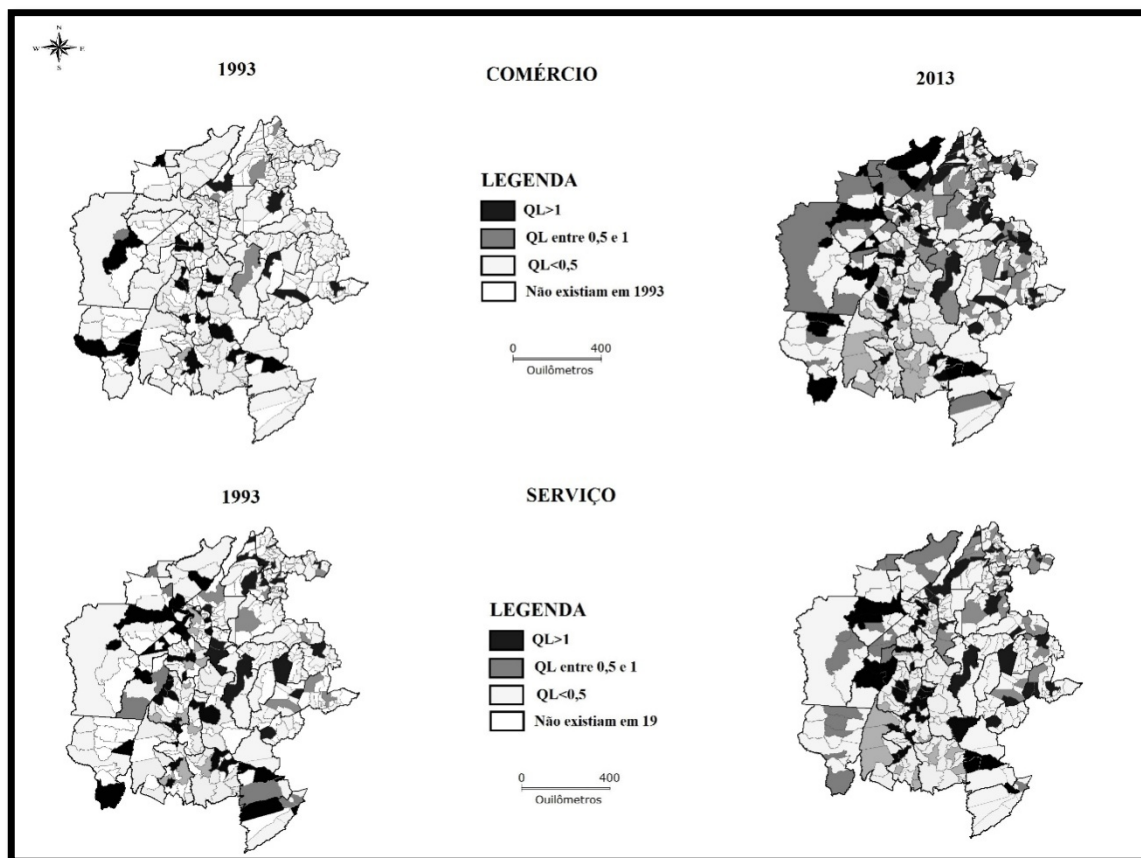
Ilustração 3. Padrão de localização do setor secundário: indústria de transformação, construção civil e extrativa mineral no Território Centro Norte – 1993 e 2013.



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

A urbanização no Centro Norte é verificada analisando-se a distribuição espacial do setor terciário. Entre 1993 e 2013, a atividade comercial se dispersa no território, e o serviço também acompanha esta trajetória, contudo, com menor intensidade. Este fenômeno relaciona-se ao crescimento da população das cidades. Observe:

Ilustração 4. Padrão de localização do setor terciário: comércio, serviço e administração pública no Território Centro Norte – 1993 e 2013.



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

As três ilustrações mostram a dependência dos trabalhadores do Centro Norte com as atividades urbanas. Nota-se que no sudeste paraense e na divisa do Maranhão com o Tocantins, este processo encontra-se avançado por concentrar as indústrias de transformação. Destaca-se Marabá/PA, onde o Quociente Locacional é representativo no setor secundário e terciário, e Araguaína/TO e Imperatriz/MA (menos na extrativa mineral).

7. Conclusão

A formação do Território Centro Norte está atrelada diretamente às intervenções do Estado na Amazônia Legal. Ainda que, nas décadas anteriores, executaram obras de infraestrutura necessárias para iniciar o processo de ocupação intensiva, foi em meados do século XX, com as frentes agrícolas, que a delimitação começou a ter características territoriais mais consistentes. A população local torna-se na maior parte urbana, e a produção nas cidades é a que emprega a maior parte dos trabalhadores atualmente, conforme aponta o Quociente Locacional.

Analisando o histórico de ocupação da parte norte do país desde o descobrimento, observa-se que o Centro Norte estava alheio ao processo de crescimento econômico. Longe dos centros comercializadores de látex, não se inseriu no ciclo da borracha. A pecuária atendia apenas ao mercado regional e inexistiam outras atividades de destaque. Porém, possuía terras inexploráveis, propícias para a agricultura, atraindo o Estado e os empresários.

Diante de tais resultados, nota-se como fruto do processo de expulsão da população do campo e o suporte à agricultura mecanizada, ser o comércio, atualmente, a atividade mais dispersa do Centro Norte. As indústrias de transformação e extrativa mineral também se tornam significativas, porém com menor intensidade, concentrando-se na faixa oeste do território - região agromineradora. Algumas cidades destacam-se pelo QL significativo nas atividades urbanas como Marabá/PA, Imperatriz/MA e Araguaína/TO.

Nota-se que o Centro Norte é assimétrico em relação ao *continuum*. Em algumas áreas, como o sudeste paraense e partes do Maranhão e Tocantins, é evidente a passagem do rural-urbano para o urbano-industrial. Nas demais, principalmente na divisa entre Piauí, Bahia e Tocantins, este processo encontra-se no estágio inicial, necessitando de uma análise aprofundada.

Por fim, a trajetória de uma área inóspita para um território foi longa. Contudo, o Centro Norte é uma delimitação recente que possui fraca articulação interna devido ao débil comando urbano. Precisa-se compreender a sua relação com as demais partes do país, e também com o mundo, para diminuir a dependência com os recursos externos.

8. Referências bibliográficas

AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves & MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. 2005. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do cerrado piauiense, *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, 2.

ALVES, Lucir Reinaldo de. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. 2012. In: PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferrera de. *Análise regional: metodologias e indicadores*, Curitiba/PR, Camões.

_____; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. 2006. O continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. *Revista de História econômica e Economia regional aplicada*, Juiz de Fora 2, p. 24-46.

AQUINO, Napoleão Araújo de. 2002. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*, Goiânia, Ed. UFG.

BECKER, Bertha K. 2005. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (org.). *Economia e Território*, Belo Horizonte, UFMG.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2008. *Estudo da dimensão territorial para o planejamento: Volume III – Regiões de referência*. Brasília, MP.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. 2008. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Paulo, EdUFMA.

CUNHA, Alexandre Mendes. 2007. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 53.

DINIZ, Clélio Campolina. 2001. A questão regional e as políticas governamentais. *Texto para discussão n°159*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. 2011. Mudanças no urbano de Balsas (MA) decorrentes da agricultura moderna. *Revista Geográfica de América Central*, San Jose/Costa Rica, pág. 1-14.

FERRERA DE LIMA, J. 2004. *La diffusion spatiale du développement économique regional: l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX^e siècle*. DSH Université du Quebec à Chicoutimi [Em linha]. Disponível em: www.unioeste.br/pos. [Acessado em 21 de agosto de 2014].

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. [Em linha]. Brasília: MPOG. *Banco de dados agregados*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. [Acessado em 5 de agosto de 2014].

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. 2002. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil – Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*, Brasília, IPEA.

LEMOS, Mauro Borges & DINIZ, Clélio Campolina & GUERRA, L.; MORO, Sueli. 2003. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. *Revista Estudos Econômicos*, 4, p.665-700.

LIMA, Jandir Ferrera de. 2012. Indicadores de desigualdades regionais. In: PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferrera de. *Análise regional: metodologias e indicadores*, Curitiba/PR, Camões.

MAHAR, Dennis J. 1978. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

MELLO, Nali Aparecida de. 2006. *Políticas territoriais na Amazônia*, São Paulo, Annablume.

NORTH, D. 1977. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (org.). *Economia regional: textos escolhidos*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.

NOYA PINTO, Virgílio. 1979. *O ouro brasileiro e o comércio anglo – português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*, São Paulo, Nacional.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. 1983. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas; organizador. *Amazônia: Desenvolvimento e Integração*, São Paulo, Brasiliense.

_____, Thiago José Arruda de Oliveira. Concentração produtiva na Amazônia: aspectos históricos e econômicos. 2013. *Novos Cadernos NAEA*, 1, 301-15.

PRADO JR., Caio. 1956. *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

PIFFER, Moacir. Indicadores de base econômica. 2012. In: PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferrera de. *Análise regional: metodologias e indicadores*, Curitiba/PR, Camões.

_____. 2013. *A teoria da base econômica: o caso do Estado do Paraná no Brasil*. Saãrbrucken, Novas Edições Acadêmicas.

RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais. 2014. *Base de dados*. Brasília: MTE. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php. [Acessado em 22 de agosto de 2014].

SANTOS, Roberto. 1980. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*, São Paulo, T.A. Queiros.

SHUBART, Hebert Otto Roger. 1983. Ecologia e Utilização das Florestas. In: SALATI, Eneas; organizador. *Amazônia: Desenvolvimento e Integração*, São Paulo, Brasiliense.

WAKIM, Vasconcelos Reis. 2010. Valoração ambiental: uso do método dose-resposta na mensuração do impacto na lucratividade da produção de arroz irrigado na microrregião de Formoso do Araguaia - TO. *Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)*, Palmas/TO, UFT.